

FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI (1930-1945): ANÁLISE DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS A PARTIR DA CATEGORIA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DIDÁTICO

THE BRAZIL-PARAGUAY BORDER (1930-1945): AN ANALYSIS OF EDUCATIONAL PRACTICES THROUGH THE LENS OF DIDACTIC WORK ORGANIZATION

Maísa Gabriela de Arruda Barreto ¹
Carla Villamaina Centeno ²
Samira Saad Pulchério Lancillotti ³

RESUMO: Este trabalho analisa a educação na fronteira sul de Mato Grosso durante a Era Vargas (1930-1945), focando nas práticas educacionais dos ervais e Grupos Escolares na região fronteira com o Paraguai. O objetivo é examinar a organização do trabalho didático em contextos escolares e não escolares, trata-se de pesquisa bibliográfica que utiliza fontes científicas secundárias e a categoria teórica Organização do Trabalho Didático (OTD) de Gilberto Luiz Alves. O período é marcado por complexidades: crise capitalista, instabilidade política (coronelismo e banditismo), políticas nacionalistas de Vargas e abandono educacional. Na fronteira, as tensões se intensificavam devido à ausência estatal. Identificou-se nos ervais o trabalho como princípio educativo, com relações educativas diretas entre aprendizes e trabalhadores experientes na produção de erva-mate. Na educação formal, o Grupo Escolar Mendes Gonçalves (Ponta-Porã) já apresentava características do ensino simultâneo representando a transição da educação de atividade "tardia e supérflua" para necessidade social.

PALAVRAS-CHAVE: Fronteira sul de Mato Grosso; Educação escolar; Educação não escolar; Organização do trabalho didático; Ensino simultâneo.

¹ Mestranda em Educação (UEMS). Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-3758-4730> E-mail: maisa.gabriela.ab@gmail.com

² Doutora em Educação (UNICAMP). Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7275-0367> E-mail: carla.centeno@uol.com.br

³ Doutora em Educação (UNICAMP). Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2427-8640> E-mail: samira.l@uol.com.br

ABSTRACT: This work analyzes education on the southern border of Mato Grosso during the Vargas Era (1930-1945), focusing on the educational practices of yerba mate fields and School Groups in the border region with Paraguay. The objective is to examine the organization of didactic work in both school and non-school contexts. This is a bibliographic research that uses secondary scientific sources and the theoretical category of Didactic Work Organization (DWO) by Gilberto Luiz Alves. The period is marked by complexities: capitalist crisis, political instability (coronelism and banditry), Vargas's nationalist policies, and educational abandonment. On the border, tensions intensified due to state absence. In the yerba mate fields, work was identified as an educational principle, with direct educational relationships between apprentices and experienced workers in yerba mate production. In formal education, the Mendes Gonçalves School Group (Ponta-Porã) already showed characteristics of simultaneous teaching representing the transition of education from a "late and superfluous" activity to a social necessity.

KEYWORDS: Southern border of Mato Grosso; School education.; Non-school education; Organization of didactic work; Simultaneous teaching.



10.23925/2176-4174.36.2025e73205

Recebido em: 05/09/25.

Aprovado em: 06/09/25.

Publicado em: 06/09/25.

Introdução

O presente estudo tem como objetivo analisar a *Organização do Trabalho Didático* (OTD) na educação desenvolvida nos ervais e no Grupo Escolar localizado na fronteira Brasil-Paraguai, entre os anos de 1930 e 1945. Neste intento, toma como objeto de análise a historiografia da área que abrange as práticas educativas desenvolvidas na região/período delimitados para o estudo.

A categoria teórica *Organização do Trabalho Didático*, postulada por Gilberto Luiz Alves (2005) é assentada na *ciência da história*, toma por referência as categorias trabalho e organização técnica do trabalho, tal como desenvolvidas nos textos marxianos e marxistas.

É definida pelo autor nos termos seguintes:

No plano mais genérico e abstrato, qualquer forma histórica de *organização do trabalho didático* envolve, sistematicamente, três

aspectos: a) ela é, sempre, uma *relação educativa* que coloca, frente a frente, uma *forma histórica de educador*, de um lado, e uma *forma histórica de educando (s)*, de outro; b) realiza-se com a *mediação* de recursos didáticos, envolvendo os procedimentos técnico-pedagógicos do educador, as tecnologias educacionais pertinentes e os conteúdos programados para servir ao processo de transmissão do conhecimento; c) e implica um *espaço físico* com características peculiares, onde ocorre (Alves, 2005: p. 10-11, grifos do autor).

O uso dessa categoria de análise permite compreender as formas assumidas pela educação em condições materiais dadas, revelando seus condicionantes, limites e possibilidades concretas.

O mote da pesquisa advém da catalogação e fichamento de documentos constantes do acervo do memorialista Almiro Pinto Sobrinho, disponível no *Centro de Documentação em Educação, Diversidade Cultural e Linguagem* (CDEDCL) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Unidade Universitária de Campo Grande.^[1] No referido acervo, encontramos um vasto material sobre a educação na fronteira sul do Mato Grosso, com o Paraguai. Constam do acervo cadernos de anotações de professores, manuais didáticos, documentos referentes ao regulamento de instrução pública primária, planejamentos de aulas, entre outras anotações pertinentes.

A intenção inicial era estabelecer uma análise dessas fontes primárias, suplementada pelo recurso à historiografia da área. Contudo, a impossibilidade de acessar o acervo físico, devido aos protocolos de proteção contra o SARS-CoV-2 em 2020-2021, impôs a mudança de rota. Nesse contexto, colocou-se como alternativa o levantamento e a análise da produção acadêmica sobre o objeto, sob a lente da categoria OTD.

Assim, realizamos busca de produções acadêmicas sobre o acervo Almiro Pinto Sobrinho, utilizando descritores como: acervo Almiro Pinto Sobrinho, Amambai, João Pantaleão Dourisboure e ensino primário. Encontramos dois artigos e duas monografias relevantes.

Em 2014, Luzia Aparecida Moraes Dutra, orientada por Kênia Hilda Moreira, produziu TCC sobre os cadernos do professor João Pantaleão Dourisboure (1930-1960). Esse estudo resultou no artigo "Cultura escolar nos cadernos de um professor de escola rural (Corralito-MT, 1930 a 1960)", publicado em 2018 na *Revista de História e Historiografia da Educação*.

O segundo artigo, de Alessandra Cristina Furtado e Kênia Hilda Moreira (2015), investigou *Os professores leigos em escolas rurais primárias no sul de Mato Grosso (1930-1970)*, apresentado na 37ª Reunião Nacional da ANPED.

Consultamos também o TCC de Mircéia Terezinha Suffiatti Mesnerovicz Vareiro (2018), orientado por Kátia Cristina Nascimento Figueira, sobre a História da educação na fronteira sul de Mato Grosso, em Amambai (1889-1946).

Ampliamos o levantamento consultando BDTD, SciELO, Catálogo CAPES e Google Acadêmico, utilizando as palavras-chave: Educação, Escola, Fronteira, Era Vargas e Mato Grosso. Encontramos elementos relevantes em Centeno (2000; 2007), Brazil e Trevizan (2013), Brito (2001, 2008), Ferreira (2019), Paes (2011), Silva (2012, 2018), Santos (2012) e Trevizan (2011)-

No intuito de nos aproximarmos melhor do objeto de pesquisa, realizamos o levantamento de novas fontes secundárias que possibilitaram explorar informações sobre a educação na fronteira sul de Mato Grosso, entre anos de 1930 e 1945. O recorte temporal apontado justifica-se pelo advento da chamada nacionalização da fronteira, parte das políticas de centralização do Governo Vargas, que também assumia maior empenho pelo desenvolvimento da educação escolar estatal.

O levantamento foi ampliado por meio da consulta às seguintes bases: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), SciELO, Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e Google Acadêmico, nas quais buscamos estudos que trataram da educação nas fronteiras de Mato Grosso e que, de alguma maneira, abordaram a região sul do estado no período analisado. Por intermédio da combinação das palavras-chave: Educação. Escola. Fronteira. Era Vargas e Mato Grosso, ainda encontramos elementos relacionados à nossa pesquisa em Centeno (2000; 2007), Brazil e Trevizan (2013), Brito (2001, 2008), Ferreira (2019), Paes (2011), Silva (2012, 2018), Santos (2012) e Trevizan (2011).

Compreendendo que a categoria escolhida para a análise deste trabalho proporcionaria uma visão ampliada, delegamos como tarefa primeira debruçarmo-nos em nosso suporte teórico, para perquirir com maior pertinência as práticas educacionais referidas nos estudos. Na intenção de proporcionar o mesmo percurso ao leitor, tratamos de explicitar a forma dominante de organização do trabalho didático na escola moderna, o ensino simultâneo, que será abordado a partir das obras de Alves (2005, 2006, 2010), Saviani (2005), Lancillotti (2008), bem como de extratos de

obras clássicas.

Em sequência, estudamos o histórico educacional de Mato Grosso em sua fronteira sul. Para entendermos o cenário de Mato Grosso e suas regiões fronteiriças no período em análise, utilizamos as pesquisas de Corrêa (2006) e Alves (1996); os estudos de Centeno (2007), Brito (2001, 2008) e Silva (2011, 2018) são nossas principais referências na discussão sobre a educação na fronteira, uma vez que trouxeram grandes contribuições a esse respeito.

E, por fim, com base nos dados coletados nas fontes secundárias, analisamos a organização do trabalho manufatureiro nos ervaais e a relação educativa nesse espaço. No âmbito da educação escolarizada, notamos a presença de uma gama diversa de estabelecimentos escolares: escolas isoladas (rurais e urbanas), grupos escolares, escolas reunidas e cursos noturnos. Neste recorte, seguindo os passos de Brito (2008), que inaugurou investigações dos grupos escolares na fronteira Brasil-Bolívia por intermédio da categoria OTD, empreendemos uma investigação mais detida das práticas escolares desenvolvidas no Grupo Escolar Mendes Gonçalves, situado no município de Ponta Porã, na fronteira Brasil-Paraguai. Este é o diferencial do nosso trabalho.

Ensino Simultâneo – organização manufatureira do trabalho didático

Jan Amos Komensky, ou Comenius (1592-1670), bispo protestante nascido na Morávia, é considerado o fundador da didática moderna. Formulou a organização do trabalho didático que ainda prevalece contemporaneamente, correspondendo às condições materiais necessárias para universalizar o acesso à educação escolar.

Seu objetivo era baratear os custos educacionais equiparando o trabalho didático ao realizado nas manufaturas de seu tempo. Na *Didática Magna*, delineou uma didática para alcançar "bons resultados", "com facilidade", "solidamente" e com "vantajosa rapidez" - expressões associadas aos valores da sociedade burguesa nascente (Alves, 2010).

Comenius vivenciou a transição do trabalho artesanal para o manufatureiro. No artesanato, os trabalhadores dominavam integralmente o processo produtivo, da concepção à materialização final.

A crise feudal, causada pelo desenvolvimento de novas forças produtivas e ampliação da produção de excedentes, dinamizou as trocas comerciais nos burgos

medievais. Nesses centros urbanos emergiu a burguesia - comerciantes e artesãos que sustentaram o comércio do período.

A concentração de artífices nas cidades levou à formação das Corporações de Ofício para produção de mercadorias. A reunião de trabalhadores compartilhando espaço, ferramentas e conhecimentos revelou as vantagens da cooperação, base da produção manufatureira e da indústria moderna, ambas marcadas pela divisão do trabalho entre trabalhadores especializados (Lancillotti, 2008).

Se no início a divisão do trabalho se estabeleceu com base nas habilidades individuais dos artesãos, progressivamente as parcelas do trabalho se autonomizaram, dando lugar a trabalhadores parcelares. Com a divisão do trabalho, os trabalhadores perderam o controle sobre o processo produtivo e passaram a se subordinar aos interesses da burguesia emergente. Isso representou uma ruptura radical com o trabalho artesanal, em que os trabalhadores tinham autonomia e pleno conhecimento do processo de produção.

Foi nesse contexto que, ao tentar materializar uma escola universal, Comenius se deparou com um cenário caótico e tomou para si a tarefa de sugerir correções para as “aberrações” que observara, propondo reformas às escolas de seu tempo. Nesse intento, pensou a escola como uma “oficina de homens” (Comênio, 1996, p. 144), deslocando todo pensamento da nascente produção capitalista para a organização da educação escolar, a fim de torná-la um ciclo mais *produtivo*. Para tanto, na ótica do erudito, “A arte de ensinar nada mais exige, portanto, que uma habilidosa repartição do tempo, das matérias e do método” (Comênio, 1996, p.181).

Vislumbrando o surgimento da imprensa, Comenius instituiu o manual didático como instrumento destinado a simplificar e auxiliar o professor, profissional indicado para substituir o mestre artesão, educador típico do período medieval. Logo, o professor manufatureiro não precisava saber muito, apenas o necessário para conduzir o ensino a partir desse instrumento que dispensava os conteúdos mais elaborados e trazia uma síntese de todos os conhecimentos *úteis*, possibilitando que somente um professor atendesse muitos alunos, *simultaneamente*.

Partindo desses pressupostos, o morávio sinaliza a necessidade de duas versões do livro, um para direcionar o trabalho do educador e outro para as atividades do aluno.

[...] aos educadores da juventude, é necessário dar normas, em conformidade com as quais executem as suas obras, isto é, devem

escrever-se para uso deles livros-roteiros que os aconselhem quanto ao que hão-de fazer, em qualquer lugar e de que modo, para que não se caia em erro. [...] Os livros didáticos serão, portanto, de dois gêneros: verdadeiros livros de textos para os alunos, e livros-roteiros (*informatorii*) para os professores, para que aprendam a servir-se bem deles (Comênio, 1996, p.524).

Alves (2005, p.77) afirma, que “[...] ao realizar um certo grau de simplificação e de objetivação do trabalho didático, o manual possibilitou a queda dos custos da instrução pública. Com isso, atendeu a um pré-requisito necessário a universalização do ensino”. Embora a proposta preconizada por Comenius respondesse a uma necessidade histórica, de formação escolar para todos, a forma manufatureira, ou comeniana, de organização do trabalho didático só veio a se consolidar a partir da segunda metade do século XIX e mantém-se praticamente inalterada na educação escolar contemporânea.

Percebemos, assim, a gênese do ensino simultâneo. Como visto, essa forma de organização do ensino é tributária do trabalho manufatureiro, o que se evidencia na educação escolar, onde o ensino é graduado em níveis subsequentes, sendo os estudantes agrupados por idade e ensinados por professores especializados em diferentes áreas do conhecimento. Isso reflete uma abordagem sistemática e estruturada para a formação integral dos alunos.

Tomando por referência um elemento da natureza, o sol, Comenius ponderou:

- Agiremos à imitação do sol, se
- I. Cada escola, ao menos cada classe, tiver um só professor.
 - II. Para cada matéria, houver um só autor.
 - III. Para todos aqueles que estão a assistir as lições, se dispender em comum, o mesmo trabalho.
 - IV. Todas as disciplinas e todas as línguas forem ensinadas com o mesmo método.
 - V. Todas as coisas forem ensinadas, a partir dos seus fundamentos, de modo breve e eficaz, de tal maneira que a inteligência se possa abrir como que com uma chave, e as coisas se lhe possam manifestar espontaneamente.
 - VI. Todas as coisas que por natureza são conexas forem ensinadas em conexão umas com as outras.
 - VII. E se todas as coisas se ensinarem gradualmente sem interrupções, de modo que todas as coisas aprendidas hoje sejam reforço das aprendidas ontem e uma preparação para as que se aprenderão amanhã.
 - VIII. Enfim, se, em tudo, se puser de parte as coisas inúteis. (ibid.: p. 278-279).

Em seus estudos sobre a OTD Alves evidenciou que na obra *Didática Magna*, Comenius formulou a organização mais adequada à expansão da escola moderna: distribuiu os conteúdos em disciplinas independentes e sequenciadas; criou a figura do professor, um trabalhador especializado que veio a substituir o preceptor, um mestre artesão que era capaz de conduzir a educação de seus discípulos desde a infância à idade adulta; substituiu, ainda, a figura do discípulo pela figura do coletivo de alunos, um grupo relativamente homogêneo, distribuído em classes seriadas por idade (com isso estabeleceu a ideia de um aluno médio); sistematizou o tempo escolar e o espaço físico adequado às atividades escolares - as salas de aula com mobiliário ajustado a determinadas finalidades e introduziu instrumentos didáticos apropriados ao ensino dos diferentes conteúdos, contudo, ressalta o autor, o ponto de inflexão da sua proposta está no uso de um instrumento de trabalho privilegiado, o manual didático, ou livro pan-metódico, acerca dessa ferramenta Comenius considera:

Uma só coisa é de extraordinária importância, pois se ela falta, pode tornar-se inútil toda a máquina, ou, se está presente, pode pô-la toda em movimento: uma provisão suficiente de livros pan-metódicos. Efectivamente, da mesma maneira que, fornecendo o material tipográfico, é fácil encontrar quem os possa, saiba e queira utilizar, e quem ofereça qualquer soma para imprimir bons e úteis livros, e quem compre esses livros, de preço acessível e de grande utilidade, assim também seria fácil, uma vez preparados os meios necessários para a pan-didáctica encontrar os fautores, os promotores e os directores de que ela precisa. (Comênio, p. 469, 1996).

Os Estudos sobre as práticas educativas desenvolvidas na fronteira sul de Mato Grosso (1930-1945)

Em nossos estudos, identificamos que entre os anos de 1930 e 1945, ocorria o segundo ciclo da fase monopólica do capitalismo. Por se tratar de um fenômeno universal, o declínio do capitalismo mundial, manifestou-se de formas várias no globo, mas iniciou-se com a falência da bolsa de Nova York, em 1929, o epicentro da problemática. Silvia Helena Andrade de Brito (2001), em sua tese de doutorado *Educação e sociedade na fronteira oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954)*, afirma que a crise da superacumulação pode ser definida como o colapso do capitalismo e, conseqüentemente, a defasagem econômica de países e suas unidades federativas.

Na ótica de Brito, as décadas entre 1930 e 1960, foram importantes para a consolidação do “[...] capitalismo no Brasil, com a industrialização, como também para a penetração efetiva de uma nova ideologia educacional, que proclamava a

importância da escola como via de reconstrução da sociedade brasileira, advogando a necessidade de reorganização do ensino” (BRITO, 2001, 240). Neste período, por intermédio de um golpe, Getúlio Vargas assumia a presidência, trazendo consigo uma visão nacionalista, com grandes impactos sobre a educação do período.

Neste preâmbulo, restam-nos as perguntas que impulsionam a escrita deste trabalho: como ocorria a educação na fronteira sul de Mato Grosso, no período entre 1930 a 1945? Quais as formas de ensino e as respectivas organizações do trabalho didático?

Nesta oportunidade, merece destaque a tese de doutorado de Centeno, *Educação e fronteira com o Paraguai na historiografia mato-grossense (1870-1950)*, que foi defendida no ano de 2007. Pautada no referencial teórico da Ciência da História, Centeno (2007, p.6) objetivou “[...] analisar as interpretações das primeiras obras produzidas pela historiografia regional sobre a fronteira e a educação”.

Nesta pesquisa, encontramos uma parte da resposta para nossos questionamentos. Com base nas leituras deste estudo, podemos dizer que na fronteira sul de Mato Grosso, o trabalho foi um princípio educativo. A historiadora afirma que na região fronteiriça, composta por fazendeiros, pequenos proprietários de terra e trabalhadores rurais, grande parte da população não frequentava a escola uma vez que a educação estava “[...] dissolvida num imenso espaço rural e concentrada na produção da erva-mate e na criação de gado” (Centeno, 2007, p.15). Portanto, aos trabalhadores, a educação se dava no processo do trabalho e, por isso, não se enxergava a necessidade de uma educação escolarizada.

As etapas deste árduo trabalho manufatureiro, estão bem claras na dissertação de mestrado de Centeno (2000), denominada *Educação do trabalhador nos ervais de Mato Grosso (1870-1930): crítica da historiografia regional, de suas concepções de história, trabalho e cultura*, que objetivou “[...] compreender de que forma estes trabalhadores se educavam a partir de seu trabalho [...]” (Centeno, 2000, p.1). Tendo em vista, a minuciosa descrição das atividades dos ervateiros, elaborada pela pesquisadora, não objetivamos abordar sistematicamente o assunto, mas apenas pontuar algumas questões.

No âmbito dos ervais Centeno relata que “mesmo considerando que o *saber*, depois da introdução da divisão do trabalho, não fosse mais total, a relação de aprendizagem entre o grupo ainda se mantinha” (Centeno, 2000, p.2). Posteriormente,

transcreveu algumas alterações no trabalho dos ervateiros, como a introdução da tambora⁴, moinho e cilindro⁵, que não modificaram o conhecimento do ervateiro, ao contrário das máquinas que automatizam e expropriam o conhecimento do trabalhador, dispensando a força de trabalho especializada.

Isto posto, podemos direcionar nossa discussão para a relação educativa nos ervais. Sobre este assunto Centeno (2000, p.91) evidencia que “A educação no rancho ocorria principalmente no trabalho [...]”. a autora também fez menção a presença de *alunos ervateiros*⁶, meninos e adolescentes aprendizes, que não eram selecionados por idade, mas pela sua *saúde e vigor*, desta forma, “[...] Aqueles que ainda não possuíam essas atribuições tinham a seguinte tarefa: “juntar palha de milho, sabugo de milho, casca de árvore secas, gravetos e outros, a fim de acender o fogo da ranchada” (SEREJO, 1999 *apud* Centeno, 2007, p.74). Centeno sinaliza que Serejo,

[...] denominava os adolescentes que trabalhavam nos ervais de alunos ervateiros. Traduzindo a expressão *guaino*, utilizada naquela localidade para designar menino ajudante, aprendiz, afirma que o adolescente que entrava num erval era ‘um aluno ervateiro que, normalmente, dá prova, logo de início, de apurado senso de responsabilidade. Ouve com atenção as explicações do mestre e segue as suas recomendações com obediência filial’ (Centeno, 2007, p.74).

A escola enquanto um segmento subalternizado, acarretava o envolvimento de crianças nos ofícios da exploração da erva-mate e, entre os filhos dos trabalhadores e órfãos, garotos de 12 anos, trabalhavam e sofriam as penalidades de um adulto. Centeno, citando um ex-trabalhador fronteiriço, destaca que “Os pais levavam [seus filhos] para trabalhar desde pequenos porque não tinham outra coisa. Não estudavam, tinham que viver com aquilo. A educação dele era aprender o que o pai fazia e as meninas aprenderem o que a mãe fazia” (Oliveira, 2000 *apud* Centeno, 2000, p.69).

Logo, ao que tudo indica, fica evidente que a relação educativa tinha um caráter individualizado, envolvia um educador, num pólo, e um educando no outro. Portanto,

⁴ “[...] tanto a tambora quanto o moinho não são máquinas e sim instrumentos que ainda contavam com a habilidade do trabalhador” (Centeno, 2000, p. 149). Para além, a autora esclarece que estes instrumentos visavam “[...] melhorar a qualidade da erva e aumentar a produção. [...] tambora tinha por objetivo evitar a destruição da [pés de ervas] ervateira, permitindo, assim, uma poda mais racional da planta para que, no futuro, as colheitas pudessem ser anuais” (Centeno, 2000, p.149)

⁵ Maquineiro utilizado no processo final de trituração da erva-mate, sob a tração de um animal. Há fotos em (Centeno, 2000, p.88).

⁶ “[...] criança que nasce em ranchada ervateira fica com cheiro de mate para o resto da vida” (SEREJO, s/d, p.1 *apud* Centeno, 2000, p.91)

no momento do trabalho, isto é, nos vastos campos dos ervais, de um lado o aprendiz⁷ ouvia e observava atentamente as instruções que o trabalhador⁸ manufactureiro lhe ensinara, de acordo com as habilidades pertinentes a sua atuação. Ainda que o processo de trabalho fosse coletivo, o repasse, a instrução de algumas etapas era realizada de forma individual.

Isto nos conduz às seguintes perguntas: E a educação primária escolarizada? Como se estruturava a OTD nas escolas da fronteira sul de Mato Grosso? Neste sentido, é importante realçar o artigo *O trabalho didático nos grupos escolares Joaquim Murtinho e Luís de Albuquerque (Mato Grosso, 1910-1950)* de Silvia Helena Andrade de Brito, que na mesma linha de análise, inaugurou discussões⁹ voltadas, especificamente, para a OTD na região sul de Mato Grosso, entre 1910 e 1950. Avançamos aqui em suas análises que nos serviram de base para o estudo das práticas educativas no Grupo Escolar Mendes Gonçalves.

Ao analisar os grupos escolares, dentro de seu recorte temporal, sinalizou que:

Foi dentro desse momento histórico, quando o grupo escolar, como modalidade de escola primária, já se encontrava consolidado em Mato Grosso, que se deu a criação de mais três grupos escolares em Campo Grande, a saber: General Malan (1934), Vespasiano Martins e Nicolau Fragelli (1955) (Oliveira & Gonçalves, 2007) e, em Corumbá, o Grupo Escolar do Círculo Operário Dom Bosco (1954) (Brito, 2008, p.161).

Ainda que tenha apontado a presença destes grupos, Brito circunscreveu sua investigação aos grupos escolares Joaquim Murtinho de Campo Grande e Luís de Albuquerque de Corumbá.

Após coletar as informações, das duas instituições em foco, autora inicia tratando da relação educativa, sinalizando nos grupos escolares o comparecimento do ensino simultâneo, que findou uma relação educativa que colocava frente a frente um educador, extremamente verboso¹⁰, de um lado, e do outro lado um educando, que assistia a aula expositiva e assumia a árdua tarefa de captar e decorar todas as informações possíveis.

⁷ Homens em condições de produzirem e meninos: filho dos trabalhadores ou órfãos.

⁸ Pais ou não.

⁹ Há também o artigo “*A organização do trabalho didático na escola moderna: os Grupos Escolares no sul de Mato Grosso (1910-1950)*”, escrito por Brito e Stein, que traz a mesma discussão, analisando as mesmas instituições, mas com uma discussão mais detalhada da epistemologia comeniana.

¹⁰ É importante mencionar que o docente verboso, não significava que este dominava o conteúdo, mas que em grande parte, repassava o conhecimento por meio da fala e da escrita no quadro. Afinal, nesta época a escassez de professores disparava uma larga percentagem de educadores leigos.

Brito introduz, também, um segundo elemento: “Apesar de o método intuitivo ser uma das diretrizes pedagógicas que marcou o momento de criação dos grupos escolares, ainda era predominante o caráter verbal da aprendizagem, e por isso os recursos mais utilizados em sala de aula eram basicamente o quadro negro e o giz” (Brito & Sena, 2006 *apud* Brito, 2008, p.163), isto, quando os tinham dada a frequente defasagem de recursos para a educação.

Portanto, “[...] o livro didático ainda era adquirido pelo aluno, caso possuísse recursos para tal; ou, simultaneamente, manuseado pelo professor e repassado ao aluno sob a forma de pontos, copiados na lousa para os alunos das séries iniciais, ditados para os alunos das séries finais [...]” (Brito, 2008, p.164). Logo, a autora compreende que a mediação do ensino e, até o livro didático, traduzia-se nos recursos quadro-negro e giz. Podemos acrescentar que, de forma indireta, eram consultados os manuais didáticos e ou compêndios.

Abordando o terceiro aspecto da OTD, a autora desvela que o espaço físico foi um obstáculo na implantação dos grupos escolares, haja vista que necessitava de um local próprio, maior que as antigas escolas nas casas dos professores, bem como um ambiente com mais de uma sala para a adaptar a ideia da seriação, que deu corpo ao ensino simultâneo e, conseqüentemente do aluno mediano. Desta forma, compartilhando a mesma mesa e cadeira as duplas estavam enfileiradas e fixas ao chão, as salas eram repartidas em turmas e gêneros, sendo que o grupo escolar Luís de Albuquerque, com sua arquitetura neoclássica francesa, foi construído:

[...] em forma de “L”, abrigando o porão e dois pavimentos, um térreo e outro superior. Com salas de aula amplas, com boa iluminação e ventilação, proporcionada pelas longas janelas predispostas na fachada principal e lateral do prédio. Nas paredes das classes pinturas decorativas semelhantes aos desenhos das classes do Palácio da Instrução de Cuiabá. Os corredores são amplos, o que facilitava a circulação dos alunos. [...] No nível térreo destinava-se às salas para meninas e no nível superior aos meninos (Sena, 2006, p. 26 *apud* Brito, 2008, p.165).

Isto posto, nos remetemos aos estudos sobre outros grupos escolares na fronteira sul de Mato Grosso, entre anos de 1930 e 1945. Márcio Bogaz Trevizan, no ano de 2011, apontou em sua dissertação de mestrado, *Grupo Escolar Mendes Gonçalves: vicissitudes no processo de escolarização republicana na fronteira Brasil-Paraguai (1889-1931)*, os principais grupos escolares presentes no estado e nas suas regiões fronteiriças. Para tanto, entendendo como ‘grupos fronteiriços’, aqueles que

“[...] durante a sua vida útil, estiveram localizados nas divisas entre o Brasil e países vizinhos”, o autor destaca que:

No caso do antigo Estado de Mato Grosso, os principais Grupos situado em região de Fronteira eram o Grupo Escolar Luiz Albuquerque, situado na Cidade de Corumbá, o Grupo Escolar Espiridião Marques, na cidade de Cáceres, ambos na fronteira Brasil e Bolívia e o Grupo Escolar Mendes Gonçalves, da cidade de Ponta Porã, fronteira Brasil Paraguai (Trevizan, 2011, p.119).

Identificada a contribuição de Brito a respeito do principal grupo escolar situado em Corumbá, percebemos então, a necessidade de coletarmos informações sobre o grupo escolar Mendes Gonçalves. Neste sentido, recorremos a Trevizan (2011) e Centeno (2000, 2007). Em sua dissertação, há pouco citada, Trevizan sinaliza que é orientado pelos anseios de desvelar a recuperação da história de instituições escolares e, sobretudo, a cultura inserida nessas. Embora não eleja como objetivo, compreender esse contexto educacional no âmago da origem do grupo escolar, isto é, a graduação do ensino simultâneo postulado por Comenius e, portanto, reflexo da sociedade burguesa, enxergamos em sua pesquisa dados empíricos que possibilitam a análise sob a categoria de OTD. Por isso, o reconhecemos como uma fonte secundária chave para esta parte do trabalho.

É oportuno ressaltar que Trevizan (2011, p.160) identifica três Grupos escolares, com o nome de Mendes Gonçalves (GEME): “[...] o GEMG em Guairá, GEMG na Fazenda Campanário e o GEMG na cidade de Ponta Porã, todos erigidos na área de Fronteira Brasil-Paraguai”. Neste trabalho falaremos da última, atual Escola Estadual Mendes Gonçalves, de Ponta-Porã.

Educação na fronteira Brasil - Paraguai (1930-1945): o ensino nos ervais e no Grupo Escolar Mendes Gonçalves - a organização do trabalho didático

Nas leituras das obras de Serejo, Centeno desvela a precariedade na vida fronteiriça e nas difíceis condições de trabalho. Mesmo que a poderosa Companhia Matte Larangeira tivesse seus lucros a partir da alta exploração, Serejo a interpretava como uma instituição necessária, uma vez que possibilitou a “[...] civilização para o estado, sendo a responsável pelo desenvolvimento econômico de Ponta Porã [...]” (Centeno, 2007, p.59). Dentre as melhorias implantadas pela empresa, listadas pelo memorialista, destaca-se: abertura de escolas, assistência médica, policiamento e fiscalização do contrabando, entre outros. Apesar dos elogios,

percebemos que, contraditoriamente, o autor teceu críticas e acusações de assassinato à empresa para com seus funcionários, tais como o a guarda armada dos ervais, para impedir a fuga dos operários, transformando as povoações em cemitérios.

Vimos no artigo *Escola nos ervais: apontamentos para uma leitura sobre a escolarização da infância na fronteira Brasil-Paraguai (1923-1931)*, que Brazil e Trevizan (2013) revelaram a sonegação de impostos aos cofres públicos, por parte da monopólica empresa, que pagava suas dívidas por intermédio de construções e benfeitoria à região de Ponta-Porã. Evidentemente, o valor repassado ao estado era praticamente irrisório se comparado ao que realmente era produzido nos ervais e, as autoridades tinham ciência do acontecimento, todavia com as manobras políticas vendavam o fato. E também, para a empresa, a presença da escola simbolizava um contingente da força de trabalho. Inclusive, Centeno relata que o príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança, ao visitar a fazenda Campanário, percebeu os esforços da firma prol a instrução e relatou que:

[...] a população ali falla o castelhano e o guarany; mas a Matte Larangeira procura conquistar toda aquella massa de indios e populações cruzadas com elementos indigenas á orbita de nossa influencia espiritual, ensinando-lhes o portuguez (Bragança, 1926, p. 16 *apud* CENTENO, 2007, p.234).

Tendo vista, que a primeira parte deste trabalho certificou a exploração da ervamate, principalmente, por meio da força de trabalho indígena e paraguaia, ao nosso ver, a fala de Bragança, indiretamente, denuncia a ambição da Companhia Matte Larangeira no empreendimento escolar. Portanto, com esses interesses entrelinhas, de fato, a empresa monopólica contribuiu para a instalação de algumas escolas. Centeno (2000) enfatiza que a companhia forneceu prédios, materiais e mobiliários para as escolas da fronteira, como em Bela Vista e Porto Murtinho. Complementa, que para os filhos de seus empregados, fora construída, a escola primária Francisco Mendes Gonçalves. Afirma ainda, que no ano de 1925, o espaço para a instalação do primeiro grupo escolar da fronteira de Ponta Porã, havia sido doado pela empresa.

Vejamos, uma foto do prédio:

Figura 1 – Grupo Escolar Mendes Gonçalves.



Fonte: Marcio Bogaz Trevizan (2011, p.178).

Trata-se do estabelecimento escolar misto, Grupo Escolar Mendes Gonçalves, com capacidade para 60 alunos. Trevizan (2011), indica que sua inauguração ocorreu no dia 5 de julho de 1929 e, noticiado no mês anterior pelo jornal *O progresso*, que publicou a carta de convite do professor e diretor Achilles Verlangieri, à população, para prestigiarem o acontecimento.

Cumpre dizer que o prédio doado, foi considerado grandioso na época, posto que em Ponta Porã, não havia grandes edificações em virtude da defasagem orçamentária da população em geral. Contudo, Trevizan corrobora que se comparada a outras edificações escolares, a estrutura física do GEMG era modesta. Em seguida, justifica que o fato decorre de sua procedência ter origem das iniciativas privadas, servindo "[...] aos fins para o qual foi erigido, isto é, mostrar a Influência da Larangeira Mendes & Cia no aspecto educacional e, ao mesmo tempo, servir como sinal da escola republicana¹¹ em Ponta Porã" (Trevizan, 2011, p.181).

Meses depois, esse otimismo esbarrou nos primeiros problemas da recém estrutura física. Trevizan indica falhas no processo de construção deste espaço, mas também pontua que após a entrega do edifício, o estado foi encarregado de zelar pelo prédio, todavia o que se presenciou foi o abandono e a falta de manutenção da obra, até sua inauguração. O autor ainda, averiguou no relatório da Diretoria Geral da Instrução Pública de Mato Grosso, do ano de 1931, apontamentos de consertos nas instalações higiênicas. E, no relatório redigido pelo professor Francisco Ferreira

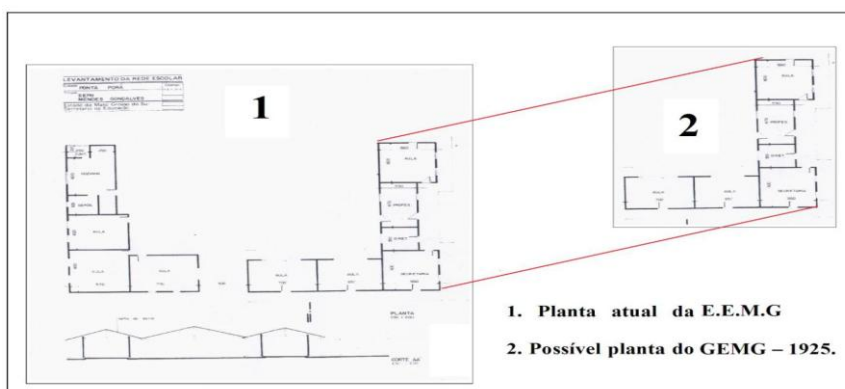
¹¹ Em defesa da escola pública, laica, universal, gratuita e obrigatória, a ideologia liberal republicana tencionava um projeto educacional centrado na educação do povo, portanto, “O desafio de construir a nação brasileira passava pela necessidade de regenerar o povo, combatendo os maus costumes, o vício, a indolência. Caberia à escola primária moldar o novo cidadão (SOUZA, 2008, p. 36 *apud* VAREIRO, 2018, p.44).

Mendes referente ao ano de 1942, tem a informação de que “[...] as privadas e o poço estavam localizados no pátio do recreio, “[...] ainda pelo sistema de buracos [...]” (Relatório, 1943, LIVRO 114 *apud* Trevizan, 2011, p.181).

Eis o primeiro aspecto da OTD, abordado em nossa investigação, o espaço físico. Neste íterim, o autor trouxe as características deste ambiente, sendo que no mesmo relatório, o professor descrevia a estrutura “[...] como uma construção sólida, possuindo quatro salas amplas e três menores, porém todas bem ventiladas e arejadas” (Trevizan, 2011, p.181). Nas leituras, das memórias de Elpídio Reis¹², Centeno (2007, p.119) declara que nesta instituição “[...] possuía somente as quatro séries iniciais do fundamental”¹³.

Similar ao prédio analisado por Brito do Grupo Escolar de Corumbá, o Grupo Escolar Mendes Gonçalves foi construído num formato em “L”. Após coletar informações no Arquivo do Grupo Escolar Mendes Gonçalves – Ponta Porã e observar a atual instituição e os relatos referente a sua estrutura, presentes nos documentos da época, Trevizan conclui a antiga planta da escola, seguia traços semelhantes a imagem abaixo:

Figura 2 – Planta do Grupo Escolar Mendes Gonçalves



Fonte: Marcio Bogaz Trevizan (2011, p.182)

A imagem ilustra aquela abordagem levantada por Brito, que encontrou nos depoimentos da direção do grupo escolar estudado por ela, o motivo das construções escolares desta época terem estes formatos. Igualmente, a arquitetura do GEMG,

¹² Elpídio Reis nasceu em Jaguaretê, município de Ponta Porã, em 1920. Filho de proprietários de terras, Reis passou sua infância em fazendas ajudando sua família nas lides do campo (REIS, 1993, p.6-7). Ingressou com 10 anos de idade no Grupo Escolar Mendes Gonçalves, em Ponta Porã, e, mais tarde, matriculou-se no Ginásio Municipal Dom Bosco, de Campo Grande, obtendo sempre as “melhores notas” (Reis, 1993, p. 11).

¹³ “Em Ponta Porã, segundo Reis, não havia ainda Ginásio e o aluno que quisesse continuar seus estudos teria de ir para Campo Grande” (Centeno, 2007, p.119).

possui o formato em “L”, por este permitir uma visão completa do estabelecimento de ensino e, conseqüentemente, um controle mais preciso do contato de alunos do sexo masculino e feminino.

Em 1931, a pouca demanda por educação, levou o estado a determinar “[...] a criação da Escola Reunida, com classes mistas, suprimindo assim o Grupo Escolar Mendes Gonçalves” (Trevizan, 2011, p. 197). Tais medidas, fizeram a escola se reorganizar para a adesão das salas mistas, dispensando duas professoras. Desta forma, a escola que outrora separava meninos e meninas, passou a contar com três salas mistas¹⁴: 2 para as meninas e 1 apenas para os meninos.

Vale ressaltar, que a separação de sexos na escola, não se limitava aos discentes, posto que desde a regulamentação de 1896, preferencialmente, as professoras deveriam lecionar em turmas femininas e professores ministrar aulas para os meninos. Entretanto, dada a escassez de professores, a distribuição dos docentes ocorria com o que se tinha.

Trevizan (2011, p.191), destaca que “[...] os professores na sua maioria eram migrantes, oriundos de Cuiabá e outras cidades do Estado de Mato Grosso, vindos para Ponta Porã objetivamente para lecionar no GEMG”.

Segundo Centeno (2007) nas lembranças de Reis, dois professores foram aludidos: a professora Juvelina Coutinho Gomes, Filha de Humberto Puiggari Coutinho, e o professor Gonçalo Nunes da Cunha Reis. O professor Gonçalo foi lembrado como uma figura transmissora de conhecimentos práticos, coisas já conhecidas pelo discentes, citando como exemplo a escrita de cartas, sob o pretexto de “[...] que se nossos pais nos pedissem que escrevêssemos por eles – um bilhete, uma carta, teríamos que saber” (REIS, 1981, p. 72 *apud* Centeno, 2007, p.117).

É oportuno mencionarmos o artigo de Kênia Hilda Moreira e Luzia Aparecida Moraes Dutra, denominado *Cultura escolar nos cadernos de um professor de escola rural (Corralito-MT, 1930 a 1960)*. Ao investigarem os cadernos do professor Dourisboure, que lecionava em Ponta-Porã entre a década de 1930 e 1960, identificaram grandes números de Cartas. Segundo as pesquisadoras:

Deve-se considerar que as cartas eram o meio de comunicação mais utilizado na época desses cadernos, o que justifica sua importância

¹⁴ No regulamento de 1927, o artigo 27, ficou estabelecido “[...] no mínimo, 15 alunos e 45 no máximo, fundindo-se numa só classe dois ou mais anos do curso, ou formando-se classes mistas quando o número de alunos matriculados” fosse “[...] insuficiente para a separação de sexo e anos do curso em classes distintas” (MATO GROSSO, 1927).

como conteúdo escolar. Era apropriado que nas aulas de Língua Portuguesa se ensinasse a escrever cartas. Saber redigir uma carta era muito importante. Por meio delas, se recebiam notícias dos parentes ou amigos que estavam morando em outro local (Moreira; Dutra, 2018, p.103).

Além da escrita de cartas, as autoras ressaltam também, que uma boa caligrafia era outro componente extremamente valorizado.

Segundo Centeno, em tom de saudosismo, Reis também não deixou de reconhecer que o referido professor contribuiu para a educação pontaporanense, na medida em que escreveu orientações para a prática docente. Trata-se do opúsculo *Programa de Ensino – Curso Elementar – para as escolas isoladas do Município de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso*, escrito em 1936, que trazia registros sobre “[...] o horário de aulas, a didática, os ‘utensílios’ para as classes do 1º, 2º e 3º anos, os exercícios de leitura, bem como orientações às disciplinas de cada série” (REIS, 1981, p. 74 *apud* Centeno, 2007, p.118). No que tange a didática, revelavam-se as seguintes orientações:

A PEDAGOGIA RECOMENDA AOS PROFESSORES A OBSERVAÇÃO DOS SEGUINTE PRINCÍPIOS:

Professor: Tendes dez princípios a executar, ei-los:

- 1- Conservai-vos sempre calmo durante a aula.
- 2- Esforçai-vos para conhecer o caráter dos vossos alunos.
- 3- Sede justos, sinceros e imparciais.
- 4- Fazei com que a criança reconheça as próprias faltas.
- 5- Procurai conhecer a família, o ambiente, onde vivem vossos alunos
- 6- Aconselhai com calma e naturalidade.
- 7- Despertai e exercitai a inteligência, o sentimento e a vontade dos alunos
- 8- Ensinai o que a criança pode assimilar.
- 9- Começai a ensinar do conhecido da criança, não do vosso.
- 10- Antes de começar a aula, pensai nos alunos e armai-vos de paciência.

(REIS, 1981, p. 73-74 *apud* Centeno, 2007, p.118).

Da professora, o ex-aluno, guarda recordações positivas, uma *verdadeira educadora*, que articulava o conteúdo a vários outros aspectos. À guisa de exemplo, na leitura era-lhes ensinado não somente as letras, mas também a postura, entonação de voz, gestos etc., bem como “Fazia com que os alunos soubessem de cor o significado das cores da nossa Bandeira, cultuassem a memória dos grandes vultos de nossa História e assim por diante” (REIS, 1981, p. 71 *apud* Centeno, 2007, p.117). Imbricado na reminiscência de João Augusto Capilé Júnior, memorialista e ex-aluno da professora Juvelina, Trevizan traz a seguinte fala:

Com muita saudade lembramos da professora Juvelina Coutinho. Era bastante enérgica ao mesmo tempo em que, com carinho, conquistou a amizade de seus alunos. [...] Pelos seus ensinamentos, muitos filhos da terra conseguiram bases firmes para projetarem-se nos mais diferentes ramos de atividade, por todos os recantos do país. Era diretor do colégio, um cuiabano de estatura baixa de nome Aquiles Verlangieri (Jornal da Praça, 1999 *apud* Trevizan, 2011, p.192).

Na ótica de Trevizan, o termo “*enérgica*”, remete a educadora à condição de uma figura inclinada aos artifícios da pedagogia tradicional, difundida naquela época.

A partir do exposto, nestas duas figuras emblemáticas do GEMG, percebemos vestígios das ideias reformistas e das tradicionais, bem como o sentimento nacionalista. Contudo, ambas apregoavam um ensino utilitarista e pragmático, na medida em que o discurso e a postura, nesta época, eram tão valorizados quanto a escrita de cartas, haja vista que simbolizavam prestígio social.

Sobre os alunos, conforme indicado anteriormente crianças, filhos dos trabalhadores ervateiros, em grande parte se educavam no processo do trabalho. Desta forma, Trevizan confirma que o público frequente no GEMG era composto por “[...] filhos dos funcionários da Empresa Matte Larangeira, da elite local e talvez das famílias simples, porém não envolvidas diretamente no processo de produção da erva-mate” (Trevizan, 2011, p.184-185). Portanto, filhos de famílias modestas, quando tinham acesso à escola, frequentavam apenas as séries iniciais, “[...] até adquirirem rudimentos de leitura e escrita e, em seguida migrariam para o trabalho a fim de se dedicar a colheita de erva-mate ou outros afazeres rentáveis” (Trevizan, 2011, p.188).

O autor demonstra ainda, que aos alunos apresentava-se a necessidade de uniforme, todavia a aquisição deste, tocava apenas os que pertenciam a famílias mais abastadas, pois aos demais “[...] as condições materiais lhes impediam de adquiri-los” (Trevizan, 2011, p.189). As disparidades não param por aí, pois ao analisar a lista de alunos aprovados no ano de 1930, o autor relata que grande parte dos discentes carregavam nomes de figuras importantes na região de Ponta-Porã. Portanto, o autor deduz que o GEMG representava um local de elite, mesmo porque o livro e os materiais didáticos deveriam ser comprados pela família do aluno. Afinal, o poder estatal não os fornecia.

Nesta oportunidade, direcionaremos nossa conversa para o terceiro aspecto da OTD, os recursos didáticos. Evidentemente, em quantias simbólicas, apenas para a inauguração do GEMG, o Almoxarifado Geral da Instrução Pública forneceu alguns

recursos, dentre estes estavam: material cartográfico, mapas de várias partes do mundo, globo terrestre, cadernos de caligrafia, caderno de linguagens, coleção da história natural, giz branco, folhas de papel almaço, livros em branco, entre outros (Trevizan, 2011).

Sobre os recursos utilizados nesta escola, Centeno (2007) sinaliza que Reis estudou no GEMG aos 10 anos de idade e, portanto, calculamos que frequentou a instituição no ano de 1930. E das memórias deste autor, extraiu a informação do uso da “[...] cartilha ‘Felisberto de Carvalho’, principal manual didático utilizado em sala de aula” (Centeno, 2007, p.117). Segundo o memorialista,

[A Cartilha] tinha as letras do alfabeto [...] apresentadas em formato grande, sempre ao lado de um desenho. Por exemplo: a letra C tinha a figura de uma casa. A letra H, a figura de um homem segurando a letra, e assim por diante. O Prof. Manoel disse-me que em caso de eu não me lembrar do nome da letra, perguntasse ao meu colega da carteira... Este era Dorileu Pires, filho do Delegado de Polícia (REIS, 1981, p. 39-40 *apud* Centeno, 2007, p.117).

Trevizan (2011, p.206) confirma, ao relatar que no jornal *O progresso* havia anúncios de “[...] Carteiras escolares, lousas, cadernos e livros escolares”, sendo estes livros de autoria de Felisberto de Carvalho¹⁵ e de Rita de Macedo Barreto, que eram anunciados para as famílias comprarem para seus filhos. Além do conteúdo, de caráter analítico, percebemos na fala de Reis quando expressa “*ao meu colega da carteira*”, pode estar se referindo as carteiras de duplas, usadas nesta época, mas também já havia cadeiras individuais, dada as preocupações higiênicas, como no caso do GEMG de Campanário, demonstrado na da dissertação de Centeno (2000). Retornando aos manuais, Trevizan ressalta que:

As notícias veiculadas no Jornal O Progresso, conforme assinalado, são fortes indícios de que os livros utilizados nos primeiros anos de existência do GEMG foram aqueles que já eram de comum circulação nos GE paulistas, com destaque para a coleção *Livros de Leitura* de Felisberto Carvalho e *Corações de Crianças* de Rita de Macedo Barreto (2011, p.207).

Posto que o GEMG representava um reduto de pessoas mais abastadas, cada família comprava o livro de seus filhos e a insignificante contribuição inicial do estado no fornecimento de materiais para as escolas, decorrente da crise econômica que

¹⁵ Segundo site do Núcleo de Pesquisa sobre Livro e História Editorial no Brasil - LIHED/UFF, “Felisberto de Carvalho nasceu em Niterói, na Rua São Lourenço, em 9 de agosto de 1850, e faleceu no Rio de Janeiro em 18 de outubro de 1898. Foi jornalista, músico, professor e autor de livros didáticos que deixaram marcas na memória nacional”.

atravessava, deduzimos que diferente do grupo escolar analisado por Brito (2008), que por falta do livro didático os recursos resumiam-se ao quadro negro, no GEMG a didática do professor centrava-se no livro didático, já que não dependia das autoridades e sim do interesse dos familiares dos alunos, que em grande parcela, como dito, eram figuras importantes do local.

À face do exposto, dadas as informações coletadas, inferimos que por se tratar de um grupo escolar, o GEMG carrega em sua essência os traços do ensino simultâneo e, conseqüentemente, a base comeniana. Seu processo de graduação, por si só, permitiu uma notória simplificação do trabalho do professor, que não precisava mais ser aquele profissional polivalente, embora leigo, das escolas isoladas¹⁶. Além disso, a divisão de salas, reduziu a quantidade e a dessemelhança dos alunos, na medida em que estavam nivelados pelo conhecimento (1º ano, 2º ano...), introduzindo o ideário do aluno mediano.

Partindo desses pressupostos, notamos que os traços comenianos também se traduziram nos recursos didáticos. Assim, o trabalho do professor, que já vinha sendo simplificado pela própria ordem do espaço físico, também desempenhou um conhecimento pedagógico descomplexificado, na medida em que o uso das cartilhas e dos manuais didáticos, facilitavam a sua programação, planejamento e, até mesmo o processo de ensino e aprendizagem. Diante do evidenciado, percebemos que a relação educativa, colocava frente a frente, um professor especializado o suficiente para transmitir um conhecimento rudimentar a um coletivo de alunos, que agrupados em séries, apontavam diferenças nas condições financeiras, mas similaridades no âmbito do saber.

Nesse período, Mato Grosso e, principalmente, suas regiões fronteiriças, dentro de nosso recorte, viam-se assistidas por diferentes modalidades de escolas: além dos Grupos Escolares, focados no presente estudo, havia as Isoladas (urbanas e rurais), escolas reunidas e cursos noturnos.

Do pouco que lemos em alguns trabalhos que abarcam tais modalidades, a forma de organização, o quadro docente, o espaço físico e as condições de trabalho indicam elementos que os afastam da OTD dos grupos escolares e, por possuírem

¹⁶ Nas escolas isoladas, principalmente, nas rurais “O professor, responsável integralmente pela escola, exercia todos os papéis (diretor, professor, administrativo etc.) e recebia, quando a escola era reconhecida, um pequeno salário por todo esse trabalho” (SILVA, 2018, p.190).

peculiaridades, exigem uma discussão aprofundada, com vistas a compor um quadro compósito da educação no sul de Mato Grosso, na primeira metade do século XX.

Considerações finais

Temos em mente que a educação se realiza de modo diferente em cada tempo histórico, afinal, esta é o reflexo da sociedade em que está inserida. É explícito neste trabalho que cada sociedade constituiu, distintamente, uma forma de ensinar, mas todas, dentro dessas peculiaridades, se aproximavam no sentido de possuírem uma relação educativa, mediada por recursos didáticos e desenvolvida em um espaço físico determinado. Aspectos esses apontados por Alves na proposição da categoria teórica Organização do Trabalho Didático (OTD).

Expomos que o modelo escolar erigido na sociedade moderna representou uma necessidade histórica, na qual a nascente burguesia clamava por uma educação universal em meio a um cenário precário, marcado pela falta de professores, de espaços físicos e de recursos para a materialização da educação escolarizada. Comenius foi o autor dessa escola, que ainda tardou dois séculos a ser consolidada. Todavia, a concepção de Comenius, marcada pelos condicionantes históricos, apresentou seus primeiros limites quando a própria simplificação do trabalho docente — solução para a universalização do ensino — culminou na homogeneização dos discentes e, automaticamente, na criação da visão de um aluno abstrato, o aluno mediano.

As tentativas de superação do formato comeniano fizeram-se presentes nas propostas escolanovistas de individualização do ensino, porém sem sucesso. Se, por um lado, os princípios da escola comeniana ainda se encontram enraizados nas bases das escolas contemporâneas, tem-se, por outro lado, o fato de que esta é, ainda, a organização que corresponde de modo mais cabal às condições materiais da sociedade presente.

No âmbito da história de Mato Grosso, percebemos que, no início do nosso recorte temporal, o estado se viu cercado por vários fatores: o declínio do capitalismo e, conseqüentemente, a defasagem econômica; a disputa de poder, que gerava grande instabilidade na segurança — marcada pelos fenômenos do coronelismo e do banditismo —; a regência centralizadora e nacionalista de Vargas sobre a nação brasileira; e um histórico de negligência na esfera educacional.

Na fronteira, os acontecimentos se agravavam à medida que os tentáculos das ações estatais não alcançavam seus amplos territórios, pouco povoados.

Isto posto, compreendemos que a escola, em sua transição de atividade insignificante a desafio e necessidade social, atravessou diversas formas de ensinar, sempre em conformidade com as condições materiais dadas. No transcurso da educação escolarizada, notamos traços do ensino mútuo, que fora proibido na regulamentação estadual de 1896. Entre os anos de 1930 e 1945, conforme Centeno (2000, 2007), identificamos que, nos vastos campos dos ervais, o processo de trabalho manufatureiro, mesmo que coletivo, traduzia uma relação educativa individualizada entre o aprendiz — homens ou crianças (órfãs ou não) — e o trabalhador — pais ou não —, que ensinava os ofícios da exploração da erva-mate, de acordo com sua especialização.

Na singularidade da fronteira mato-grossense, a prática do ensino simultâneo foi incorporada pelas autoridades estatais com maior rigor após a implantação dos grupos escolares e expandiu-se com a inauguração das escolas reunidas. Seguindo as trilhas abertas por Brito (2008) sobre a OTD nas instituições escolares da região fronteira do sul de Mato Grosso, entre as décadas de 1930 e 1945, com enfoque na educação primária, empreendemos uma análise da procedência educacional do Grupo Escolar Mendes Gonçalves.

Em nossos estudos, semelhante à análise de Brito (2008), o grupo escolar em foco pautou-se nos princípios do ensino simultâneo e, consequentemente, na epistemologia comeniana. Dessa forma, em um espaço dividido em salas, a relação educativa se dava por intermédio de um professor que, com seu trabalho simplificado, ensinava simultaneamente um coletivo de alunos agrupados em séries, diferentes em suas condições financeiras, mas nivelados pelo conhecimento. Seja pelo ideário reformista ou pelas ações tradicionalistas, os conteúdos possuíam um caráter pragmático e utilitarista, mediados principalmente pelo livro didático. Havia ainda, nessa escola, o quadro negro, grande símbolo do ensino simultâneo.

Não pretendemos esgotar a discussão no sentido da abordagem aqui realizada e, por isso, insistimos em exaltar o carecimento e, portanto, a necessidade de produções científicas dentro da proposta deste trabalho, abordando outras tipologias de escola, como as escolas isoladas, escolas reunidas e cursos noturnos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Gilberto Luiz. **O trabalho didático na escola moderna: formas históricas.** Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea.** 4ª edição. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.
- BRITO, Silvia Helena Andrade. **O trabalho didático nos grupos escolares Joaquim Murtinho e Luís de Albuquerque (Mato Grosso, 1910-1950).** Campo Grande, MS: Série de estudos. 2008. Disponível em: <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/250>. Acesso em: 12 de dezembro de 2020.
- BRITO, Silvia Helena Andrade. **Educação e sociedade na fronteira oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954).** Tese de doutorado. Campinas, SP: UNICAMP, 2001.
- BRAZIL, Maria do Carmo; TREVIZAN, Marcio Bogaz. **Escola nos ervais: apontamentos para uma leitura sobre a escolarização da infância na fronteira Brasil-Paraguai (1923-1931).** Natal, RN: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013.
- CENTENO, Carla Villamaina. **Educação e fronteira com o Paraguai na historiografia mato-grossense (1870-1950).** Tese de doutorado. Campinas, SP: UNICAMP, 2007.
- CENTENO, Carla Villamaina. **Educação do trabalhador nos ervais de Mato Grosso (1870-1930): crítica da historiografia regional, de suas concepções de história, trabalho e cultura.** Dissertação de mestrado. Campo Grande, MS: UFMS, 2000.
- COMÊNIO, Jan Amós. **Didáctica Magna.** 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.
- LANCILLOTTI, Samira Saad Pulchério. **A Constituição histórica do processo de trabalho docente.** 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- MARX, Karl. **O Capital** – O processo de produção do capital. Livro 1, v. II. 9. ed. São Paulo: DIFEL, 1984.
- MATO GROSSO. **Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso.** 1896. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/114995>. Acesso em: 11 de dezembro de 2020.
- MATO GROSSO. **Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso.** 1927. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/114996>. Acesso em: 12 de dezembro de 2020.

MOREIRA, Kênia Hilda; DUTRA, Luzia aparecida Moraes **Cultura escolar nos cadernos de um professor de escola rural (Corralito-MT, 1930 a 1960)**. Curitiba, PR: Revista de História e Historiografia da Educação. 2018.

REIS, Amada de Cássia Campos; FERRO, Maria do Amparo. **Corações de Crianças**: história e memória de um livro didático. 29º Reunião Nacional da ANPED, Educação, cultura e conhecimento na contemporaneidade: Desafios e Compromissos. Caxambu, MG, 2006.

SILVA, Marineide Oliveira. **Escola rural em Mato Grosso**: de professor leigo a sábio (1945-1965). Tese de doutorado. Rio Claro, SP: UNESP, 2018.

SILVA, Marineide Oliveira. **Escola rural**: trilhar caminhos e transpor barreiras na educação (1927-1945). Dissertação de mestrado. Cuiabá, MT: UFMT, 2012.

TREVIZAN, Marcio Bogaz. **Grupo Escolar Mendes Gonçalves**: vicissitudes no processo de escolarização republicana na fronteira Brasil-Paraguai (1889-1931). Dissertação de mestrado. Dourados, MS: UFGD, 2011.

VAREIRO, Mircéia Terezinha Suffiatti Mesnerovicz. **Fontes primárias para a história da educação na fronteira sul de Mato Grosso (1889-1946)**: o acervo Almiro Pinto Sobrinho. Monografia. Campo Grande, MS: UEMS, 2018.